

Coordenação e movimento sintáctico: os dados do Português Europeu¹

Madalena Colaço

U. de Lisboa



1 Introdução

Desde Ross 1967, tem sido aceite na literatura a ideia de que as estruturas coordenadas funcionam como ilhas relativamente ao movimento sintáctico. A Condição da Estrutura Coordenada (*Coordinate Structure Constraint*, doravante CEC), embora definida em termos meramente descritivos – veja-se (1) –, tem sido, desde essa altura, utilizada frequentemente para justificar as agramaticalidades produzidas quer pelo movimento de termos coordenados, quer pelo movimento de constituintes neles encaixados para o exterior da estrutura coordenada.

(1) *The Coordinate Structure Constraint*

In a coordinate structure, no conjunct may be moved, nor may any element in a conjunct be moved out of that conjunct. (op. cit.: 89)

Esta restrição ao movimento sintáctico assimétrico – ou seja, ao movimento que afecta apenas um dos termos de uma coordenação –, tem sido, desde então, aceite por diversos autores,

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio de uma Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência SFRH/BD/13442/2003. Agradeço a Inês Duarte e Gabriela Matos pelos comentários e sugestões que fizeram a versões prévias deste trabalho. Agradeço igualmente aos meus colegas Ana Lúcia Santos, Ana Luísa Costa, Nélia Alexandre, Nuno Soares, Telma Vianna e Tjerk Hagemeijer. O meu agradecimento também a Anabela Gonçalves.

que a encaram como uma forma de preservar o paralelismo que caracteriza a coordenação, inviabilizando a geração de sequências como as ilustradas em (2) e (3):

- (2) *Que livros_i é que o Pedro comprou [[-]_i e uma revista]?
- (3) *Que livro_i é que [a Maria comprou [-]_i e ofereceu uma revista à Ana]?

A realização de movimento simultâneo (*across-the-board*) tem sido, também desde Ross 1967, encarada como uma forma de fugir ao alcance da CEC: o movimento sintático pode ser realizado para o exterior de uma coordenação desde que afecte paralelamente todos os termos coordenados:²

- (4) There is an important class of rules to which (4.84) [a Condição da Estrutura Coordenada] does not apply. These are rule schemata which move a constituent out of all the conjuncts of a coordinate structure. (id.: 96)

Assim, por exemplo, a gramaticalidade de uma frase como (5) deriva da forma como operou o movimento, uma vez que o constituinte movimentado se encontra associado a duas posições vazias, uma em cada um dos termos coordenados:

- (5) Que livro_{ij} é que [o Pedro comprou [-]_i e a Maria leu [-]_j]?

O movimento simultâneo de constituintes permite, pois, a deslocação paralela de constituintes encaixados nos termos coordenados. Não permite, no entanto, a deslocação, mesmo paralela, dos termos coordenados no seu todo, como está ilustrado em (6):

- (6) *Que amigos_{ij} é que o Pedro encontrou [[-]_i e [-]_j]?

Munn 1993, baseando-se numa ideia sugerida por Goodall 1987, sugere que as violações da CEC resultam, na realidade, de

² Embora para Ross e diversos outros autores o movimento *across-the-board* seja descrito como um conjunto de movimentos simultâneos de duas posições para uma só, em trabalhos mais recentes sobre coordenação têm sido sugeridas análises alternativas em que o movimento *across-the-board* é analisado como um movimento realizado a partir apenas do primeiro termo coordenado, envolvendo (cf. Munn 1993) ou não (cf. Matos 2000, Nunes 2004) a ocorrência de um operador nulo no interior do segundo termo coordenado.

um princípio semântico que impede a Quantificação Vácuca. Assim sendo, os efeitos descritos pela CEC seriam o resultado, não de factores de natureza sintáctica, mas de factores semânticos. Segundo o autor, na presença de uma estrutura de coordenação, o operador *wh* tem de quantificar sobre uma variável em cada termo coordenado. É o que acontece no caso do movimento simultâneo e é o que não acontece no caso do movimento assimétrico.³ A questão que se coloca é, no entanto, a seguinte: Por que razão é necessária a ocorrência de uma variável em cada termo coordenado? Por outras palavras, por que razão é problemática a ocorrência de uma variável apenas num dos termos coordenados, se esta estiver no escopo do operador? Para além disso, de uma explicação baseada na relação operador-variável não são deriváveis as agramaticalidades produzidas por instâncias de movimento-A assimétrico (ou seja, de constituintes não *wh*), como as ilustradas em (7.b e c):

- (7) a. O ouro e a prata_i combinam-se facilmente [-]_i.
b. *O ouro_i combina-se facilmente [-]_i e a prata.
c. *A prata_i combina-se facilmente o ouro e [-]_i.

Tendo em conta o carácter meramente descritivo da CEC, o objectivo central do trabalho que vamos apresentar é o de demonstrar a possibilidade de derivar os efeitos desta condição sobre o movimento de princípios de aplicação geral da gramática, libertando-a, desta forma, da inclusão de estipulações específicas das estruturas de coordenação.

Assumindo a estrutura assimétrica da coordenação proposta por Kayne 1994,⁴ as hipóteses de que vamos partir são, então, as seguintes:

Hipótese 1:

A. A impossibilidade de extracção do primeiro termo de uma coordenação deve-se à presença de traços não interpretáveis no núcleo Conj.

B. A impossibilidade de extracção do segundo termo coordenado deriva das propriedades de Conj enquanto núcleo funcional fonologicamente dependente.

³ Note-se, no entanto, que a explicação sugerida por Munn 1993 não justifica a agramaticalidade de (6).

⁴ De acordo com Kayne 1994, a coordenação tem uma estrutura assimétrica: no interior da categoria projectada pela conjunção, o primeiro termo coordenado ocupa a posição de especificador e o segundo termo ocupa a posição de complemento.

Hipótese 2:

A. O movimento sintáctico assimétrico de um constituinte encaixado num dos termos de uma coordenação é um movimento legítimo, desde que ocorra em conformidade com os princípios gerais da gramática.

B. Algumas agramaticalidades aparentemente resultantes da actuação de *Move* são, na realidade, causadas por factores de diferentes naturezas associados a propriedades gerais da coordenação.

2. A impossibilidade de extracção de termos coordenados para uma posição exterior a ConjP

2.1 *A presença de traços não interpretáveis em Conj e a impossibilidade de extracção do primeiro termo coordenado*

É defendida por diversos autores – como, por exemplo, Johannessen 1998 e Matos 1995 e 2000 – a ideia de que a conjunção coordenativa é inserida na derivação sintáctica como um núcleo deficitário em termos de traços categoriais, embora no decurso da derivação este núcleo entre numa relação de concordância com o primeiro termo coordenado (o especificador de Conj, assumindo uma estrutura da coordenação como a proposta em Kayne 1994), que permite a especificação desses traços. A sua percolação até à projecção cimeira permite, assim, a definição da natureza categorial de ConjP. Desta forma se explica o comportamento transcategorial da maioria das conjunções coordenativas, que não impõem restrições à categoria dos constituintes que seleccionam como termos da coordenação. Explica-se também o facto de, quando uma conjunção copulativa une dois constituintes de uma determinada categoria, ConjP apresentar a distribuição que caracteriza essa categoria.

O facto de o núcleo coordenativo assumir obrigatoriamente uma categoria sintáctica específica no decurso da derivação levou-nos, em Colaço 2004, a assumir uma hipótese de subespecificação, considerando que os traços categoriais, apesar de entrarem na derivação sem valores, estão representados na matriz lexical das conjunções coordenativas, o que equivale a dizer que, na definição lexical de Conj, estão presentes os traços [V] e [N]. De acordo com Chomsky 2001, pelo facto de não terem valores, os traços categoriais de Conj são, contrariamente ao que se verifica relativamente aos traços categoriais dos núcleos lexicais, não interpretáveis. Torna-se, pois, necessária a sua eliminação para

garantir o sucesso da derivação. A necessidade de eliminação dos traços categoriais de Conj não induz, no entanto, contrariamente ao que se verifica relativamente a outros traços, a actuação de *Move*. Com efeito, o *Merge* de um constituinte com traços categoriais interpretáveis na posição de especificador de Conj – passando a figurar como primeiro termo coordenado – permite que, através de *Agree*, sejam eliminados os traços não interpretáveis de Conj. Para além de permitir a eliminação desses traços, *Agree* permite ainda a instanciação dos seus valores, conduzindo assim à definição da natureza categorial de ConjP, uma vez que, como dissemos, os traços herdados por Conj percolam até à projecção cimeira.

Tornando-se categorialmente idêntico ao primeiro termo coordenado, ConjP passa a ser alvo das operações que afectariam o constituinte que ocupa a posição de especificador. Nomeadamente, *Move* passa a afectar, não esse constituinte, mas todo o ConjP. É o que acontece na construção inacusativa ilustrada em (8.a), em que o movimento de ConjP permite a eliminação do traço EPP de T (permitindo, ao mesmo tempo, a eliminação dos traços- ϕ de T e do traço de caso do constituinte movido). A impossibilidade de apenas o constituinte em especificador de Conj ser afectado por *Move* é visível pela agramaticalidade de (8.b):

- (8) a. O Pedro e a Maria_i chegaram [-]_i.
 b. *O Pedro_i chegou [-]_i e a Maria.

Tendo em conta que a operação *Move* é, em Chomsky 2001, motivada e legitimada unicamente pela necessidade de eliminação de traços não interpretáveis, o facto de apenas o movimento de todo o ConjP ser possível levou-nos a sugerir, em Colaço 2004, que os traços não interpretáveis do termo coordenado que ocupa a posição de especificador – e não apenas os traços categoriais – são, de alguma forma, transmitidos, por intermédio de Conj, até ConjP. Este facto permite, de resto, captar os efeitos da Condição de A-sobre-A (*A-over-A Principle*) vigente na teoria generativista dos anos 60 (cf. Ross 1967), de acordo com a qual se um constituinte X da categoria A está encaixado num constituinte superior também da categoria A, qualquer operação se aplica obrigatoriamente ao constituinte superior e não a X:

- (9) *A-over-A Principle*:
If the phrase X of category A is embedded within a larger phrase ZXW which is also of category A, then no rule applying to the category A applies to X (but only to ZXW).
(Ross 1967: 9)

A hipótese de que a impossibilidade de extracção do primeiro termo de uma coordenação decorre da presença de traços não interpretáveis em Conj cuja eliminação é viabilizada pelo *Merge* de um constituinte em especificador de ConjP permite explicar os efeitos da primeira estipulação da CEC⁵ à luz de princípios gerais da gramática. Apresenta ainda a vantagem de contribuir para a explicação das especificidades das construções que envolvem a chamada coordenação comitativa. Vejam-se os exemplos que apresentamos em (10):

- (10) a. O ouro *com* a prata_i combinam-se facilmente [-]_i.
b. O ouro_i combina-se facilmente [-]_i *com* a prata.

Se assumirmos, como em Colaço 2003, que em (10.a) o conector comitativo adquire um significado aditivo, manifestando um comportamento conjuncional, podemos justificar o movimento da sequência *o ouro com a prata* considerando que se trata de um ConjP. A questão que se levanta é, no entanto, a seguinte: se em (10.a) ConjP herda (via Conj) os traços não interpretáveis do primeiro termo coordenado, movimentando-se em seu lugar, o que torna possível que, em (10.b), o movimento apenas do primeiro DP seja legítimo?

A resposta a esta questão passa pela consideração de que o conector aditivo-comitativo tem, em Português Europeu (doravante PE), duas entradas no léxico, eventualmente correspondendo à coexistência de duas fases de um processo de gramaticalização que conduz a uma perda gradual de propriedades preposicionais e a uma simultânea aquisição, também gradual, de propriedades conjuncionais. Assim, em (10.a), o conector aditivo-comitativo é definido lexicalmente como uma conjunção coordenativa, sendo o movimento de ConjP justificado pelos motivos sugeridos atrás. Pelo contrário, em (10.b), o conector seleccionado corresponde a um núcleo híbrido, manifestando simultaneamente:

⁵ In a coordinate structure, no conjunct may be moved (...) (Ross 1967: 89)

(i) propriedades conjuncionais: nomeadamente, pelo facto de corresponder a um núcleo diádico, contrariamente ao que acontece com as preposições (que são núcleos monádicos, exigindo apenas a presença do complemento),
(ii) e propriedades preposicionais: concretamente, o facto de ser ainda definido pelos traços categoriais [-V, -N], o que é visível pelo facto de manter as suas propriedades casuais, como o exemplo em (12.b) comprova. O contraste entre (11.b) e (12.b) mostra que a presença de propriedades casuais no núcleo aditivo-comitativo está relacionada com a possibilidade de movimento do DP que o precede:

- (11) a. A Maria com o João formam um casal perfeito.
b. *A Maria *contigo* formam um casal perfeito.
(12) a. A Maria forma um casal perfeito com o João.
b. A Maria forma um casal perfeito *contigo*.

A hipótese por nós sugerida de que os traços associados ao primeiro termo de uma coordenação são herdados por Conj e transmitidos até ConjP encontra algum suporte também na observação das construções que envolvem o movimento de constituintes wh.⁶

Antes de mais, é de notar que a coordenação de um constituinte wh com um constituinte ao qual não está associado este traço nem sempre apresenta o mesmo grau de aceitabilidade. Os dados apresentados em (13) e (14) mostram que, quando o wh permanece *in situ*, existe uma preferência, em PE, pela ocorrência do constituinte wh como segundo termo coordenado⁷:

- (13) a. ?O João comprou *quantas revistas* e um livro?
b. O João comprou um livro e *quantas revistas*?
(14) a. ?O João emprestou o livro *a que colega* e à Maria?
b. O João emprestou o livro à Maria e *a que colega*?

O movimento de ConjP para eliminação do traço EPP de C produz, de um modo geral, resultados marginais quando apenas um dos termos coordenados é um constituinte wh. No entanto, o contraste que se estabelece entre (15.a-b) e (16.a-b) mostra que a

⁶ O meu agradecimento ao João Costa por me ter chamado a atenção para este aspecto.

⁷ Fica fora do âmbito deste trabalho a explicação deste contraste. Por esse motivo, apenas assinalamos a sua existência.

marginalidade é maior quando o constituinte wh figura como segundo termo coordenado:

- (15) a. ??/*Um livro e *quantas revistas*_i é que o João comprou [-]_i?
b. ?*Quantas revistas* e um livro_i é que o João comprou [-]_i?
(16) a. ??/*À Maria e *a que colega*_i é que o João emprestou o livro [-]_i?
b. ?*A que colega* e à Maria_i é que o João emprestou o livro [-]_i?

A maior aceitabilidade de (15.b) e (16.b) pode ser vista como o resultado de uma herança do traço [wh] por ConjP (através de Conj) apenas quando o primeiro termo coordenado é marcado por esse traço.

2.2 *A dependência fonológica de Conj e a impossibilidade de extracção do segundo termo coordenado*

Do que foi dito atrás, resulta a ideia de que o facto de ConjP se tornar, no decurso da derivação, categorialmente idêntico ao constituinte em especificador e o facto de ConjP assumir os traços associados a esse constituinte⁸ faz com que ConjP, no seu todo, assumam o comportamento sintáctico que caracteriza esse constituinte face, por exemplo, como vimos, à actuação de *Move*. Daqui decorre naturalmente a impossibilidade de extracção de qualquer um dos termos coordenados.

A justificação para a impossibilidade de extracção do segundo termo de uma coordenação fundamenta-se, no entanto, também em aspectos relacionados com a natureza do núcleo coordenativo, mais concretamente com as suas características morfológicas e fonológicas.

O facto de a conjunção coordenativa ser uma unidade dependente em termos fonológicos tem sido, desde há muito, referido por diversos autores. Uma evidência para esta dependência é o facto de, em algumas línguas, a conjunção manifestar um comportamento de afixo – veja-se o caso da conjunção copulativa *-que* do Latim, ilustrado em (17) – ou ter um comportamento de clítico – veja-se o exemplo do Alemão apresentado em (18), em que ocorre a conjunção adversativa enclítica *aber*:

⁸ Excepto os seus traços- ϕ , sendo este um tópico que merece um tratamento à parte.

- (17) a. Mascusque Juliusque
Marco e Júlio
b. senatus populusque romanus
o senado e o povo romano
(adaptado de Johannessen 1998: 174)
- (18) a. Sie will tanzen, aber ich will nach Hause gehen.
Ela quer dançar, mas eu quero ir para casa.
b. Sie will tanzen; ich will aber nach Hausen gehen.
c. *Sie will aber tanzen; ich will nach Hause gehen.
(adaptado de Ross 1967: 90)

A dependência fonológica da conjunção coordenativa pode estar na base da justificação do contraste que apresentamos em (19), que evidencia a possibilidade de ocorrência de uma estrutura em que apenas a conjunção e o seu complemento são realizados (eventualmente, acarretando a elipse do primeiro termo coordenado), contrastando com a impossibilidade de ocorrência apenas do primeiro termo e da conjunção (mostrando a impossibilidade de elipse do segundo termo):

- (19) a. E o João?⁹
b. *A Maria e?

Fornece, ainda, um argumento adicional para justificar a impossibilidade de extracção simultânea (*across-the-board*) dos dois termos coordenados que foi ilustrada pelo exemplo (6) apresentado atrás.

3. O movimento assimétrico de um constituinte encaixado num termo coordenado para uma posição exterior a ConjP

A segunda estipulação da CEC descreve, como referimos atrás, a impossibilidade de extrair um constituinte encaixado num dos termos de uma coordenação para uma posição exterior a ConjP. A possibilidade de extracção assimétrica de um constituinte – concretamente de um constituinte *wh* – inserido num dos termos coordenados foi, no entanto, desde há muito notada na literatura

⁹ Não é, no entanto, muito óbvio o comportamento da conjunção nesta sequência. Com efeito – como foi notado por um dos revisores deste texto, a quem agradeço –, verifica-se, neste caso, a possibilidade de co-ocorrência com outra conjunção:
- Mas e o João?
Esta é uma questão que deixamos em aberto.

(pelo próprio Ross 1967 e também por outros autores, como Lakoff 1986, Munn 1993, Johannessen 1998, entre outros). Com efeito, a par de diversas agramaticalidades consideradas como resultantes de movimento não simultâneo a partir de uma coordenação, existem, como veremos adiante, alguns dados que mostram a possibilidade de este movimento produzir efeitos gramaticais.

Tentaremos, em seguida, mostrar que aquilo que provoca as agramaticalidades normalmente atribuídas a violações da segunda estipulação da CEC não é, em muitos casos, nem uma condição sobre o movimento sintáctico, nem uma condição destinada a impedir a quantificação vácuca, mas sim a intervenção de factores de outras naturezas associados a propriedades gerais da coordenação.

3.1 *O movimento assimétrico de um morfema wh relativo*

As construções em que se verifica a extracção de um morfema relativo a partir de apenas um dos termos de uma coordenação são, normalmente, agramaticais, independentemente do termo a partir do qual ocorreu o movimento, como se pode ver em (20):

- (20) a. *O livro que_i o Pedro comprou [-]_i e a Maria encomendou uma revista custou 0 euros.
b. *A revista que_i o Pedro encomendou um livro e a Maria comprou [-]_i custou 30 euros.

Existem, no entanto, alguns aspectos que nos permitem considerar que, em exemplos como os apresentados em (20), a agramaticalidade não pode ser atribuída efectivamente (ou, pelo menos, unicamente) à ocorrência de movimento assimétrico:

(i) Um desses aspectos relaciona-se com questões de compatibilidade sintáctica e semântica dos constituintes coordenados.

Quando se estudam as restrições categoriais à coordenação, verifica-se que, apesar de Conj não impor, à partida, qualquer restrição à categoria dos constituintes que podem figurar como termos coordenados, a verdade é que esses constituintes têm de ser sintáctica e semanticamente compatíveis um com o outro e ambos com os restantes elementos que eventualmente ocorram na frase em que ConjP é inserido. Assim, por exemplo, ocorrendo em posição argumental, dois constituintes coordenados têm de ser ambos categorialmente compatíveis com o núcleo que os selecciona, como está ilustrado em (21):

- (21) a. O Pedro telefonou à Ana e ao João.
 b. *O Pedro telefonou a Ana e ao João.
 c. *O Pedro telefonou à Ana e o João.

Por outro lado, os constituintes coordenados têm de ser ambos semanticamente compatíveis com o predicado no que diz respeito às propriedades de selecção semântica – como está ilustrado em (22) – e têm de ter o mesmo estatuto argumental – veja-se (23):

- (22) a. O Pedro e a Maria telefonaram ao João.
 b. *A mesa e a Maria telefonaram ao João.
 c. *O Pedro e a mesa telefonaram ao João.
 (23) a. O Pedro telefonou à Maria e ao João. / O Pedro telefonou ao meio-dia e às 3 h.
 b. *O Pedro telefonou à Maria e às 3 h.
 c. *O Pedro telefonou ao meio-dia e ao João.

Em sequências como as de (24), ambas as orações coordenadas são interpretadas como relativas restritivas, embora o pronome relativo possa ter uma única realização lexical – veja-se (24.b) -, tratando-se, neste caso, de uma instância de movimento simultâneo (*across-the-board*):

- (24) a. O livro que a Maria comprou [-] e que o João ainda não leu [-]...
 b. O livro que a Maria comprou [-] e o João ainda não leu [-]...

Assim, os termos coordenados mantêm ambos o mesmo tipo de relação com os restantes elementos que ocorrem no interior do NP dentro do qual ConjP foi inserido.

A agramaticalidade de (20) pode, pois, ser vista como o resultado da coordenação de uma oração relativa com uma frase que não é subordinada, uma vez que esta não se encontra associada nem sintáctica nem semanticamente ao restantes elementos que constituem o NP dentro do qual o ConjP foi inserido. Trata-se, pois, de um problema que nos parece prévio à actuação de *Move*, resultando do *Merge* de dois termos sintáctica e semanticamente incompatíveis.

Embora este argumento aponte para uma interpretação oracional da coordenação sintagmática, a agramaticalidade de (20) pode ser comparada à de (25):

(25) *A revista o Pedro encomendou um livro...

(ii) Um segundo aspecto que nos permite argumentar em favor da hipótese 2 que apresentámos atrás relaciona-se com a observação de orações relativas em que é utilizada a chamada “estratégia resumptiva”. Como podemos ver pelos exemplos que apresentamos em (26), a ocorrência de um pronome resumptivo no interior da oração relativa que figura como termo coordenado não desfaz a agramaticalidade:

- (26) a. *A rapariga que [eu conversei *com ela* e o Pedro conversou com o rapaz]...
b. *A rapariga que [o Pedro conversou com o rapaz e eu conversei *com ela*]...

Se partirmos do pressuposto – cf. Alexandre 2000, Brito & Duarte 2003 – de que nestas orações não se verifica o movimento do morfema relativo, uma vez que este é inserido por *Merge* em Spec de C, as agramaticalidades das sequências que nos ocupam deixam de poder ser atribuídas à actuação de *Move*, passando a decorrer das propriedades dos constituintes que são inseridos por *Merge* no interior de ConjP.

(iii) Um terceiro aspecto que permite argumentar em favor da hipótese que apresentámos relaciona-se com a possibilidade, a que nos referimos atrás, de a extracção assimétrica de um morfema relativo produzir efeitos gramaticais, embora em contextos muito restritos.

Como Ross 1967 notou, embora em contextos muito limitados, a extracção assimétrica é, no entanto, possível. A par do exemplo fornecido pelo autor – que apresentamos em (27), concretamente em (27.b) –, juntamos alguns exemplos do PE que comprovam essa possibilidade:

- (27) a. I went to the store and bought some whisky.
b. Here’s the whisky which I went to the store and bought.
(Ross 1967)
(28) a. ?Não contei os copos de whisky que_i o Pedro tomou [-]_i mas continuou sóbrio.

- b. ?Não contei os copos de whisky que_i o Pedro conseguiu tomar [-]_i mas continuar sóbrio.
- (29) a. ?Foi este o livro que_i eu me sentei e li [-]_i em duas horas.
 b. ?Foi este o livro que_i eu prometi sentar-me e ler [-]_i em duas horas.

Em (28) e (29), está ilustrada a possibilidade de o morfema relativo ser extraído, respectivamente, do primeiro ou do segundo termo coordenado.

A extracção assimétrica do morfema relativo é, no entanto, sintáctica e semanticamente limitada. Retomemos algumas das restrições apontadas por Ross 1967:

(i) Nestas construções, o movimento assimétrico é incompatível com a ocorrência de um sujeito lexical no interior do segundo termo coordenado:

- (30) *Não contei os copos de whisky que_i o Pedro tomou [-]_i mas o João continuou sóbrio.
 (31) *Foi este o livro que_i eu me sentei e o Pedro leu [-]_i em duas horas.

(ii) Quando há movimento assimétrico, o segundo termo coordenado dificilmente pode ser negado:

- (32) a. ??Não contei os copos de whisky que_i o Pedro tomou [-]_i e não se embriagou.
 b. ??/*Não contei os copos de whisky que_i o Pedro não tomou [-]_i nem se embriagou.
 (33) a. ??Foi este o livro que_i eu me sentei mas não li [-]_i em duas horas.
 b. ??/*Foi este o livro que_i eu não me sentei nem li [-]_i em duas horas.

(iii) Os verbos que ocorrem nos termos coordenados partilham obrigatoriamente a informação temporal:

- (34) *Não contei os copos de whisky que_i o Pedro tomou [-]_i mas continuará sóbrio.
 (35) *É este o livro que_i eu me sentei e lerei [-]_i em duas horas.

(iv) A ocorrência de movimento assimétrico induz uma interpretação de evento único. Este facto resulta da conjugação dos aspectos que referimos anteriormente. Concretamente, o facto de,

nas construções em questão, ocorrer apenas um sujeito e de haver uma identidade temporal entre os termos coordenados propicia essa interpretação. Se observarmos os exemplos de cima, notamos, para além disso, que nestas frases um dos termos coordenados adquire um valor final ou causal que permite recuperar a relação semântica que se estabelece obrigatoriamente entre os termos de uma coordenação.

Os dados que apresentámos e as constatações que fizemos acerca da extracção assimétrica de um morfema relativo permitem-nos chegar às seguintes conclusões:

(a) Existem factores não associados a *Move*, mas decorrentes de propriedades gerais da coordenação que justificam as agramaticalidades de sequências como as que apresentámos em (20).

(b) A verificação de que a extracção assimétrica de um morfema relativo pode produzir resultados gramaticais obriga à consideração de que o movimento assimétrico é um movimento sintacticamente legítimo.

(c) Torna-se necessária uma justificação para os contrastes que se estabelecem entre dados como os que apresentámos em (20) e dados como os de (27)-(29), que permita a determinação das condições sintácticas que legitimam o movimento assimétrico.

3.2 O movimento assimétrico de um constituinte *wh* interrogativo

A agramaticalidade de sequências em que se verifica o movimento de um constituinte *wh* a partir de uma interrogativa que figura como o termo de uma coordenação tem sido apontada por diversos autores como a consequência dos efeitos produzidos pela violação da CEC (ou, alternativamente, do princípio de Quantificação Vácuca). Veja-se (36) e (37):

(36) *Quem_i é que a Ana convidou [-]_i e o Pedro vai fazer o jantar?

(37) *Que livro_i é que a Ana comprou [-]_i e ofereceu uma revista à Joana?

No entanto, existem dados que nos mostram que nem sempre existe uma relação directa entre estas agramaticalidades e a actuação de *Move*:

(i) Uma primeira constatação que fazemos diz respeito à observação comparativa de sequências idênticas às apresentadas em (36)-(37), mas em que o constituinte *wh* permanece *in situ*.

O igual grau de marginalidade de (38) e (39) permite-nos pôr em causa uma justificação da agramaticalidade de (36)-(37) baseada na ocorrência de movimento do constituinte wh:

(38) *A Ana convidou *quem* e o Pedro vai fazer o jantar?

(39) *A Ana comprou *que livro* e ofereceu uma revista à Joana?

Ao mesmo tempo, constatamos ainda que se verifica, neste caso, um contraste entre a inserção do constituinte wh interrogativo no interior do primeiro termo coordenado ou no interior do segundo. Assim, se por um lado o movimento assimétrico deste constituinte provoca frequentemente agramaticalidade, por outro lado é legítima a sua ocorrência *in situ* no interior desse termo.¹⁰ Vejam-se os exemplos em (40) e (41):

(40) *A *quem_i* é que a Ana foi ao cinema e o Pedro telefonou [-]_i?

(41) A Ana foi ao cinema e o Pedro telefonou *a quem*?

O contraste entre (40) e (41) remete para a actuação de *Move* as causas da agramaticalidade de (40). No entanto, a comparação entre (36)-(37) e (38)-(39) conduz-nos a uma conclusão diversa, dado que, nestes casos, a agramaticalidade é produzida pela presença de um constituinte wh apenas num dos termos coordenados (o primeiro), independentemente de esse constituinte ser ou não movimentado.

(ii) Um segundo aspecto que nos permite pôr em causa a actuação de *Move* como causador de agramaticalidade relaciona-se com o facto de, em contextos marcados discursivamente, se tornar possível a extracção assimétrica de um constituinte wh interrogativo.

Os exemplos que apresentamos em (42) e (43) mostram que a inserção de um constituinte wh interrogativo no primeiro termo coordenado – com ou sem movimento – se torna possível quando a frase interrogativa recebe uma interpretação marcada discursivamente. Concretamente, quando a interrogação corresponde não a um mero pedido de informação, mas antes a um pedido de esclarecimento de um fragmento anterior do discurso ou à expressão de admiração relativamente a esse

¹⁰ Recorde-se que um contraste paralelo existe quando apenas um dos termos coordenados é um constituinte wh (cf. (13)-(14)): a ocorrência de um constituinte wh *in situ* é mais aceitável no segundo termo coordenado.

fragmento discursivo ou a um conhecimento tido como partilhado pelos intervenientes no discurso:

- (42) **A:** A Ana convidou os pais e o Pedro vai fazer o jantar.
B: (a) Desculpa, disseste que a Ana convidou quem e (que) o Pedro vai fazer o jantar?
(b) ?Desculpa, quem_i é que disseste que a Ana convidou [-]_i e (que) o João fez o jantar?
- (43) **A:** A Ana comprou o último livro de Chomsky e ofereceu uma revista à Joana.
B: (a) Disseste que a Ana comprou que livro e (que) ofereceu uma revista à Joana?
(b) ?Que livro_i é que disseste que a Ana comprou [-]_i e (que) ofereceu uma revista à Joana?

Verifica-se, no entanto, nestas construções, um contraste relacionado com o termo coordenado a partir do qual o constituinte *wh* interrogativo é movimentado. Os dados apresentados em (44)-(45) mostram a impossibilidade de o constituinte afectado por *Move* se deslocar a partir do segundo termo coordenado (mesmo atribuindo à interrogativa uma interpretação marcada discursivamente):

- (44) **A:** A Ana convidou os pais e o Pedro vai fazer o jantar.
B: *O que_i é que disseste que a Ana convidou os pais e o João vai fazer [-]_i?
- (45) **A:** A Ana comprou um livro e ofereceu uma revista de Linguística à Joana.
B: *Que revista_i é que disseste que a Ana comprou um livro e ofereceu [-]_i à Joana?

Paralelamente a estas construções, existem outras que possibilitam igualmente o movimento assimétrico de um constituinte *wh* interrogativo. Trata-se de construções semelhantes àquelas a que nos referimos anteriormente como legitimadoras do movimento assimétrico de um morfema relativo. Vejam-se os exemplos em (46) e (47):

- (46) Quantos copos de whisky_i é que o Pedro tomou [-]_i mas continuou sóbrio?
- (47) Que livro_i é que te sentaste e leste [-]_i em duas horas?

Verificamos, assim, que o movimento assimétrico de um constituinte *wh* interrogativo a partir do segundo termo coordenado apenas se torna possível nas construções em que, como vimos atrás, os dois predicados denotam um evento único.

Os dados que apresentámos permitem-nos constatar que, apesar de frequentemente as sequências em que se verificou um movimento assimétrico serem anómalas, essa anomalia não parece derivar sempre de aspectos exclusivamente sintácticos. Por outro lado, constatámos também que o movimento assimétrico pode produzir resultados gramaticais, o que só por si, é a comprovação da legitimidade desta instância de movimento. Os contrastes observados tornam, no entanto, necessário explicar:

(a) por que razão, no primeiro tipo de construções observadas, apenas pode ter lugar o movimento assimétrico a partir do primeiro termo coordenado;

(b) que factores sintácticos legitimam, no segundo tipo de construções que referimos, a ocorrência de movimento assimétrico a partir de qualquer um dos termos coordenados.

3.3 *As condições estruturais que legitimam sintacticamente o movimento assimétrico*

As conclusões a que chegamos a partir do que foi dito nos pontos anteriores são, então, as seguintes:

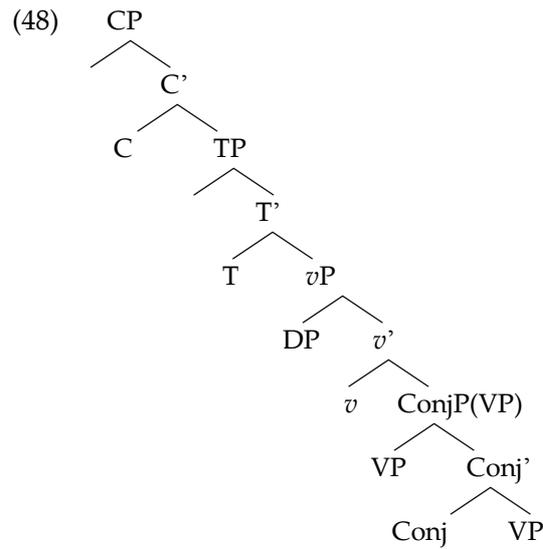
(a) O movimento assimétrico de um morfema *wh* relativo é possível em construções em que os predicados verbais se associam na descrição de um evento único (complexo). Neste caso, o movimento pode dar-se a partir de qualquer um dos termos coordenados.

(b) O movimento assimétrico de um constituinte *wh* interrogativo pode ocorrer em duas construções distintas: (b.i) em construções em que os predicados se associam na descrição de um evento único, podendo, neste caso, o movimento afectar qualquer um dos termos coordenados; (b.ii) em construções em que os termos coordenados denotam eventos distintos, sendo que, neste caso, o constituinte *wh* apenas pode ser extraído do primeiro termo coordenado.

A análise que propomos para a justificação das diferenças que se estabelecem entre os tipos de construções mencionados parte da ideia de que elas se distinguem estruturalmente, e de que a legitimidade do movimento assimétrico a partir do segundo termo coordenado decorre da presença de uma configuração estrutural específica. Recapitulando o que dissemos atrás, as construções em

que é permitido o movimento de um constituinte wh a partir de qualquer um dos termos coordenados distinguem-se das restantes por um conjunto de especificidades, de entre as quais destacamos as seguintes: (i) a impossibilidade da ocorrência de um sujeito lexical no interior do segundo termo coordenado; (ii) a associação dos predicados verbais na expressão de um evento único (complexo), que implica uma identidade temporal dos termos coordenados. Como veremos um pouco mais adiante, os efeitos de localidade da *Minimal Link Condition* levam-nos a considerar que o aspecto estrutural crucial que viabiliza o movimento assimétrico a partir do segundo termo coordenado é a presença de apenas um C.

Exploramos, em seguida, uma hipótese de os termos coordenados serem, neste caso, VPs. Propomos, então, a presença de uma estrutura como a que representamos em (48):



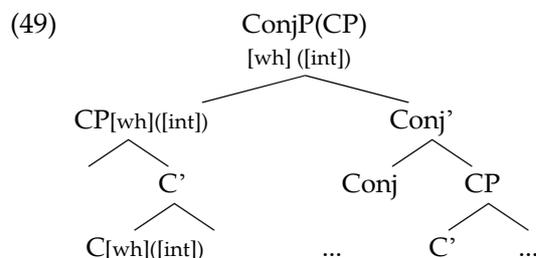
Na estrutura apresentada em (48), a presença de um único T justifica a impossibilidade de ocorrência de um operador de negação no segundo termo coordenado; justifica também a dependência temporal que se verifica entre os termos coordenados. Por outro lado, da presença de apenas um *vP* decorre a possibilidade de ocorrência de apenas um DP sujeito que, como vimos, caracteriza as construções em estudo.

Independentemente da forma como encararmos a presença de um DP sujeito em especificador de *v* associado a ambos os termos coordenados, este é o factor determinante para a referida

interpretação de evento único (complexo). Com efeito, esta associação dos dois verbos permite garantir a condição de paralelismo que subjaz, em termos gerais, à coordenação. Pelas razões que mencionámos, a inserção de ConjP num nível inferior a CP (e, segundo pensamos, inferior a TP) e a presença de apenas um sujeito lexical parecem-nos aspectos cruciais para a legitimação do movimento assimétrico. Sendo, no início da derivação, inserido um constituinte com o traço [wh] no interior de um dos termos coordenados, e tendo o único C presente na estrutura um traço EPP não interpretável, torna-se legítimo o movimento do constituinte wh para especificador de C, com vista à eliminação do referido traço do núcleo funcional. Note-se que a estrutura que apresentámos em (48) não permite justificar facilmente a possibilidade de os verbos que ocorrem nestas construções, poderem ter propriedades temáticas diferentes (como acontece nos exemplos (28) e (46) apresentados atrás). Formando um predicado verbal complexo, esperar-se-ia uma atribuição conjunta do papel temático ao DP sujeito. Esta é, no entanto, uma questão geral que se coloca pela aceitação da coordenação de VPs ou de Vs: Para que posição se movimentam os verbos? E como é feita a marcação temática do sujeito se os verbos não forem idênticos em termos do papel temático externo?

A questão que permanece ainda por explicar é a seguinte: Se (48) é a configuração que legitima o movimento assimétrico a partir de qualquer um dos termos coordenados, qual a diferença estrutural que define as construções que apenas viabilizam o movimento assimétrico a partir do primeiro termo coordenado? A resposta a esta questão passa pela atribuição de uma configuração estrutural distinta a essas construções. Recorde-se que as construções em que o movimento (embora dependendo, como vimos, de uma diversidade de factores extra-sintácticos) se torna legítimo apenas a partir do primeiro termo coordenado diferem relativamente aos pontos que nos conduziram à estrutura proposta em (48). Vejamos que, nas construções que agora referimos, é possível a ocorrência de um sujeito lexical no interior de cada termo coordenado e a ocorrência de movimento assimétrico não induz uma interpretação de evento único, sendo os termos coordenados temporalmente independentes.

Consideremos, então, a hipótese de que, nestas construções, os constituintes inseridos como termos de ConjP são CPs, o que nos leva a uma estrutura como a representada em (49):



Seguindo a ideia sugerida atrás de que os traços do termo coordenado em especificador são transmitidos a Conj por *Agree*, percolando até ConjP, podemos considerar que a presença de um C com o traço [wh] (e, no caso das interrogativas, [int]) no primeiro termo coordenado faz com que, via Conj, a projecção ConjP seja de alguma forma marcada por esse traço. Assim, ConjP assume o comportamento sintáctico de uma oração relativa ou de uma interrogativa wh. O movimento do constituinte wh para especificador de C permite a eliminação do traço EPP deste núcleo funcional.

Se o constituinte wh tiver sido inserido no interior do segundo termo coordenado, é o C mais próximo que entra na derivação com o traço [wh] (e, eventualmente, [int]). O movimento do constituinte wh para especificador de C permite que o traço EPP deste núcleo funcional seja eliminado, obtendo-se a ordem visível em (50):

(50) A Ana comprou um livro e o que_i é que ofereceu [-]_i à Joana?

O movimento directo do constituinte wh para especificador de C do primeiro CP coordenado não é um movimento legítimo, sendo impedido pela *Minimal Link Condition*, uma vez que entre essa posição e o constituinte wh existe uma outra posição que o c-comanda e para onde ele pode movimentar-se (especificador de C do segundo CP coordenado). Por outro lado, depois de se movimentar para especificador de C do segundo termo coordenado, o constituinte wh não pode movimentar-se para especificador de C do primeiro termo, dado que este não entra na derivação marcado com o traço [wh]. Desta forma se explica a agramaticalidade de (51):

(51) *O que_i é que a Ana comprou um livro e ([-]_i) ofereceu [-]_i à Joana?

Resta-nos, para finalizar, explicar por que razão, numa estrutura como a sugerida em (49), o movimento do morfema relativo a partir do primeiro termo coordenado produz resultados agramaticais. Tal como vimos nos pontos anteriores, a coordenação de uma frase interrogativa *wh* com uma frase não interrogativa é, à partida, problemática. A possibilidade, nestes casos, de a interrogativa *wh* figurar como segundo termo coordenado deriva, provavelmente de factores relacionados com o discurso, como, por exemplo, o facto de a frase declarativa que ocorre no primeiro termo ser interpretada como um pressuposto discursivo, a expressão de um conhecimento partilhado pelos intervenientes no discurso ou de uma informação dada num momento anterior:

- (52) a. A Ana foi ao cinema e o Pedro telefonou a quem?
b. A Ana foi ao cinema e a quem_i é que o Pedro telefonou [-]_i?

Como também observámos atrás, a legitimidade da ocorrência de um constituinte *wh* interrogativo no interior do primeiro termo coordenado está igualmente dependente de factores discursivos. Como vimos, a frase interrogativa recebe obrigatoriamente uma interpretação de pedido de esclarecimento ou expressão de espanto acerca de um fragmento anterior do discurso. Esta interpretação faz com que a frase que figura como segundo termo coordenado receba uma interpretação de pressuposto discursivo, de algo que foi dito num momento anterior do discurso (revejam-se os exemplos (42) e (43)), o que permite a recuperação de uma relação semântica entre os termos coordenados.

A agramaticalidade produzida pela coordenação de uma oração relativa com uma oração não subordinada - mostrada em (20) - pode ser vista, como sugerimos, como uma consequência do facto de esta última não estar associada sintáctica nem semanticamente aos restantes elementos que ocorrem no NP no interior do qual foi inserida por *Merge*, bem como da ausência da relação semântica que obrigatoriamente se estabelece entre os termos de uma coordenação. Por outras palavras, a impossibilidade de coordenar uma oração relativa com uma não subordinada resulta de uma ausência total de paralelismo entre os termos coordenados. A viabilidade do movimento assimétrico do morfema relativo quando a construção envolve a presença de um ConjP inserido abaixo de CP (e, provavelmente, abaixo de TP) decorre do facto de, neste caso, não estarmos a coordenar, na verdade, uma oração relativa com uma não subordinada. Pelo

contrário, ConjP está, neste caso, contido no interior da oração relativa.

4. Conclusões

Pelo que foi dito ao longo dos pontos anteriores, concluímos que tanto a impossibilidade de movimento assimétrico de termos coordenados como as particularidades do movimento assimétrico de constituintes encaixados no interior de termos coordenados podem ser derivadas de princípios gerais da gramática ou de princípios gerais da coordenação, tornando-se dispensável o recurso a uma condição sobre o movimento específica da coordenação.

Referências

- Alexandre, N. (2000). A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português Europeu. Dissertação de Mestrado.
- Brito, A.M. & I. Duarte (2003). Orações relativas e construções aparentadas. in Mateus, M. H. M., A. M. Brito, I. Duarte e I. H. Faria. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho. 5ª edição. cap.16, pp.653-694.
- Chomsky, Noam (2001). Derivation by Phase. in Hale, K. *A Life in Language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. cap.1, pp.1-54.
- Colaço, M. (2003). Coordenação comitativa em Português Europeu. In *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. pp.383-396.
- _____. (2004). A geometria de traços das conjunções coordenativas: a especificação categorial de Conj e a impossibilidade de movimento assimétrico. A publicar em *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*.
- Goodall, G. (1987). *Parallel Structures in Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Johannessen, J. B. (1998). *Coordination*. Oxford: Oxford University Press.
- Kayne, R. (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Lakoff, G. (1986). Frame semantic control of the coordinated structure constraint. in A.M. Farley et al. (eds). *CLS 22, Part 2: Papers from the parasession on pragmatics and grammatical theory*, pp.152-167. CLS, Chicago.
- Matos, G. (2000). Across-the-Board clitic placement in Romance languages. In *Probus*, vol.12, pp.229-259.
- _____. (2003). Estruturas de Coordenação. in Mateus, M. H. M., A. M. Brito, I. Duarte e I. H. Faria. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho. 5ª edição. cap.14, pp.549-592.

Munn, A. (1993). *Topics in the syntax and semantics of coordinate structures*. Doctoral dissertation. University of Maryland. College Park.

Nunes, J. (2004). *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Versão electrónica.

Ross, J. (1967). *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de PhD.